

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 835/2019-PGJ, DE 12.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda, na qualidade de titular, e o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, na qualidade de suplente, para comporem a Comissão Examinadora do V Concurso de Outorga de Delegação Notarial e de Registros, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 789/2019-PGJ, DE 8.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 692/2019-PGJ, de 26.2.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de março de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
9 e 10.3.2019	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
9 e 10.3.2019	1ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
30 e 31.3.2019	1ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
9 e 10.3.2019	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
9 e 10.3.2019	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
30 e 31.3.2019	1ª PJ de Camapuã	Lindomar Tiago Rodrigues	98121-9241

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 794/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no dia 14.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 795/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça da comarca de Anaurilândia, Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu, no dia 8.3.2019; e tornar sem efeito, no referido dia, a Portaria nº 697/2019-PGJ, de 26.2.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 796/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 40ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no dia 11.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 797/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0900739-08.2018.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 798/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no evento “Acordos Penais: aspectos técnicos e diretrizes. O MP se preparando para a mudança de paradigmas”, que será realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, UNCMP, nos dias 10 e 11.4.2019, na cidade de Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 799/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Eduardo de Araujo Portes Guedes	20.5.2017	11.3.2019
Felipe Almeida Marques	28.10 e 10.11.2018	7 e 8.3.2019
George Zarour Cezar	1º, 21 e 22.5, 25 e 26.6.2016	22, 23, 24, 25 e 26.4.2019
Magno Oliveira João	18.10.2015	18.3.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 800/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial da comarca de Terenos, no dia 11.3.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 801/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Patrícia Almirão Padovan para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 18.3.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 802/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
23ª	Moisés Casarotto	7 e 8.3.2019	Compensação	Felipe Almeida Marques
52ª	Patrícia Almirão Padovan	18.3.2019	Compensação	Magno Oliveira João

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 803/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 160/2019-PGJ, de 18.1.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente ao dia 2.11.2016, que seria usufruída no dia 7.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 813/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 2 (dois) dias de compensação por sua atuação perante a Vara Única da comarca de Terenos e 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, nos dias 17 e 25.11.2016, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.5.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 814/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 6 a 13.12.2017, a ser usufruído no dia 8.3.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 819/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, no dia 11.3.2019, a Portaria nº 623/2019-PGJ, de 20.2.2019, que indicou o Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito para atuar perante a 50ª Zona Eleitoral.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 845/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar os servidores abaixo nominados para participarem do curso de Mapeamento e Gestão de Riscos, no dia 13.3.2019, das 13h às 18h, e nos dias 14 e 15.3.2019, das 8h às 11h e das 13h às 18h, na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Avenida Ricardo Brandão, nº 232, Itanhangá Park, em Campo Grande, MS.

- Ana Gabriela Kiyomura Merlin
- Angela Marta Nantes Vieira
- Angela Teno Ribeiro do Val
- Angelo Maia Marcelo Pirani
- Augusto Aparecido Ribeiro Colato
- Caio Marques de Oliveira Robaldo
- Cleber do Nascimento Gimenez
- Desirée Oliveira da Silveira
- Diogo Banzer da Motta
- Eliani Soares Rodrigues
- Elvys Tomas Bernal
- Frederick Werner Castellani Viacek
- Giovane Soares de Lima
- Helena Rocha Rodovalho
- Jerônima Alcântara de Mattos Silva
- Jonathas Santos de Oliveira
- José Tadeu Pereira da Anunciação Silva
- Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz
- Laura Regina Barbosa Victor Chaparim
- Leandro da Silva Andrade
- Leonardo Bertaglia Agostinho
- Luciana Agüero Rivas Cavassa
- Lucimeire de Souza Pereira
- Luis Henrique da Silva Marques
- Marina Nery Alves
- Myrian Raquel Rodrigues da Silva
- Nádia de Moura Mattos
- Natascha Junko Sakamoto Costa
- Nilson Antonio Verga
- Rafael Ademar Lemos de Moura
- Rebeca Murano Borges
- Regina Maria Correa Feitosa
- Reginaldo de Oliveira Vilanova
- Renata Caroline Pereira de Macedo
- Renato Boggi Rodrigues
- Sabrina Lopes Baes

- Sandra Quadros Paim Rolim
- Simeia Fernanda da Silva Taveira
- Thiago Russo Nantes
- Valdemilson Massayoshi Thaada
- Wilson Flores Velasques

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 790/2019-PGJ, DE 8.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 50ª Promotoria de Justiça, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais, a partir de 11.3.2019, até ulterior deliberação.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

## CONSELHO SUPERIOR

### AVISO Nº 04/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

#### **CONSELHEIRO RELATOR SILVIO CESAR MALUF:**

- 1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001343-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Amélia Vieira Rosa - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Palmeira, em Caracol/MS, de propriedade da senhora Maria Amélia Vieira Rosa, em razão da supressão vegetal de 18,08 hectares de vegetação nativa.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001429-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001913-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos/MS - Assunto: Apurar denúncia de irregularidade em concurso público promovido pelo município de Paranhos/MS e empresa SIGMA - Processo 001/2013. IC nº 23/2016, migrado para o SAJMP).
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002694-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá -

Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Guinter Maffissoni Guimarães - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 95,25 hectares de mata nativa no bioma pantanal, dentro do imóvel rural “Fazenda Sagrado”, pertencente a Guinter Maffissini Guimarães, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000216-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcio Barbosa Negrão - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa; destruir e danificar área de preservação permanente; a obstrução de um córrego intermitente; bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na fazenda Santa Catarina, situada no município de Miranda. (IC nº 08/2016, migrado para SAJMP).

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000897-3 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

**7) Inquérito Civil nº 06.2016.00000106-1 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

#### **CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO SIUFI NETO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002572-8 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000742-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Sonora de Sonora/MS e Fortunato de Souza e Cruz Ltda. - Assunto: Apurar irregularidade no contrato nº013/2013 firmado pelo município de Sonora/MS com a empresa Fortunato de Souza e Cruz Ltda. - ME. (IC nº 05/2014, migrado para o SAJMP).

**3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000791-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar nepotismo na Prefeitura de Porto Murtinho, em razão da nomeação de parentes de Carlos Alberto Heyn (Secretário de Finanças) para vários cargos relacionados ao município de Porto Murtinho, como é o caso de Vera Regina Gaúna de Mattos Heyn (Secretária Municipal de Governo, esposa), Henrique Heyn (Chefe do Transporte Escolar, irmão), Gustavo (nomeado pelo Agraer, com ônus para a Prefeitura de Porto Murtinho, sobrinho), Wagner (Gerência de Esporte, irmão de Vera Regina Gaúna de Mattos Heyn), Francisco Souza Neto (Chefe de Divisão Municipal de Comunicação Social, Dec. 10.019, tio de Vera Regina Gaúna de Mattos Heyn).

**4) Inquérito Civil nº 06.2016.00000459-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Neuza Rizzo Carvalho - Requerido: Município de Aquidauana - Assunto: Apurar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana não está transportando os pacientes com consultas marcadas em Campo Grande.

#### **CONSELHEIRO RELATOR BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000241-2** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerentes: Marcus Vinicius Freitas Bezerra, Ministério Público Estadual e a Ouvidoria MPE/MS - Manifestação nº 11.2015.00001684-9 - Requerido: Banco BMG CARD - Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pela instituição financeira Banco BMG CARD na cobrança indevida de valores já descontados na folha de pagamento do consumidor.

**2) Inquérito Civil nº 06.2017.00002006-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito municipal ante a nomeação de Sérgio Suassuna, Virgílio Fontoura, Eliene Ferreira, ‘Vanessa’ e Jorge Augusto Rui, para cargos diversos junto à Prefeitura e Câmara Municipal de Pedro Gomes.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001341-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio José Gonçalves Piovezana, Estancia Cristo Rei - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Estancia Cristo Rei, em Bela Vista/MS, (Espolio de Antônio Piovezana) de propriedade do senhor Antônio José Gonçalves Piovezana, em razão da supressão vegetal de 10,27 hectares de vegetação nativa.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003286-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerido: José Vicente de Oliveira, chácara Baixa Verde - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente em suprimir/explorar espécies de árvores protegidas por lei (aroeira), sem autorização/licença do órgão ambiental competente, na chácara Baixa Verde, localizada no Assentamento Bandeirantes, Lote nº 46, em Miranda/MS, de propriedade de José Vicente de Oliveira.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003153-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Antônio Scatolin - Assunto: Apurar eventual



supressão vegetal de 187,22 hectares de área nativa na fazenda Carandá, sem a devida autorização ambiental, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002238-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar a existência de instrumentos legais e/ou atos administrativos que visam à tutela do patrimônio histórico-cultural e identificar os bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, passíveis de tombamento no Município de Porto Murtinho. (IC nº 009/2013, migrado para o SAJMP).

**7) Inquérito Civil nº 06.2016.00000331-5 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

#### **CONSELHEIRO RELATOR JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001065-7 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000048-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Sindicato Rural de Camapuã/MS - Requerida: Energisa S/A - Assunto: Apurar representação dando conta da má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica aos consumidores produtores rurais do município de São Gabriel do Oeste, consubstanciada na frequente interrupção dos serviços e consequente demora em seu restabelecimento.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000003-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hari Alberto Fritschi - Assunto: Apurar eventual poluição ambiental, oriunda de irregularidade no armazenamento e potencial manejo de agrotóxicos, na propriedade rural denominada “Estância Laura” de responsabilidade de Hari Alberto Fritschi.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000885-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Tamiozzo & Tamiozzo Ltda. - Assunto: Apurar a conduta da empresa requerida de ter em depósito em sua propriedade denominada chácara Juquita, nesta cidade, 10 (dez) estêreo de produto florestal, sem licença outorgada pela autoridade competente.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000508-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Sonora - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa consubstanciada na utilização de verba pública em festividades de Carnaval no município de Sonora, no exercício de 2018, em violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000140-3 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

**7) Inquérito Civil nº 06.2017.00001703-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Chapadão do Sul - Assunto: Apurar a contratação de servidores temporários, fora das hipóteses constitucionais e legais permitidas, por parte do município de Chapadão do Sul/MS.

**8) Inquérito Civil nº 06.2017.00001263-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bodoquena - Assunto: Apurar suposta deficiência no quadro de médicos e enfermeiros na Unidade Básica de Saúde Maria Rita Sena.

**9) Inquérito Civil nº 06.2018.00002267-5** - 26ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Campo Grande - Requerente: Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande/MS, Emerson Cleyton Sobreiras, Hotel Gaspar Ltda, Nênio Waldir Roas - Requeridos: Município de Campo Grande, União Federal - Fazenda Nacional - Assunto: Apurar a pertinência da realização de grandes eventos (carnaval, entre outros) na Esplanada da Estação Ferroviária de Campo, patrimônio histórico e cultural tombado pelos 03 (três) entes federativos (União, Estado e Município) haja vista a necessidade de proteção e preservação da estrutura e memória local.

#### **CONSELHEIRO RELATOR FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000892-9 (Sigiloso)** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002920-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerentes: Edicarlos Oliveira Lourenço e Marco Andrei Guimarães - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos procedimentos licitatórios e respectivos contratos, visando à prestação de serviços de locação de máquinas e veículos ao município de Porto Murtinho. (IC nº 007/2016, migrado para o SAJMP).

**3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000139-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato

Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Osvaldo Firmino de Souza - Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal de 16,1943 hectares na fazenda Pica Pau II.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000177-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a suposta prática de ato de improbidade administrativa, por ofensa ao princípio da legalidade, a partir do não pagamento de adicional de insalubridade a servidores públicos do município de Naviraí, em continuação às investigações desenvolvidas nos autos de Procedimento Preparatório n 61/2016, migrado para o SAJMP.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000326-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agenor Escobar de Deus - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente em suprimir área de preservação permanente, sem a autorização/ licença do órgão ambiental competente, na Chácara Paredão, situada no Assentamento Sumatra, no município de Bodoquena. (IC nº 21/2016, migrado para o SAJMP).

**CONSELHEIRO RELATOR EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002279-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Manoel Ribeiro - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Cristo Rei, localizada na zona rural de Iguatemi/MS.

**2) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002427-3** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados/MS - Assunto: Apurar informações encaminhadas a esta Promotoria de Justiça quanto à falta de médicos para atendimento nos postos de saúde desta Urbe.

**3) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001686-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual enriquecimento ilícito por parte da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes em decorrência da judicialização indevida, bem como demais atos de improbidade administrativa decorrentes.

**4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001241-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adriano Rodrigues dos Santos, fazenda Santa Maria - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental praticado, em tese, por Adriano Rodrigues dos Santos, na fazenda Santa Maria, em Bela Vista/MS, decorrente do corte ilegal de madeira de lei do tipo Aroeira, em desacordo as normas legais.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001535-2 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000266-8** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde do município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Atendimento Especializado à Mulher, regularidade dos plantões médicos, bem como a observância das regras sanitárias vigentes. (IC nº 09/2015, migrado para o SAJMP).

**7) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000163-0 Sigiloso** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**CONSELHEIRA RELATORA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000182-1 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara.

**2) Inquérito Civil nº 06.2015.00000070-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Wezer Lucarelli - Requerido: Município de Aquidauana - Assunto: Apurar denúncia de que as ambulâncias do município de Aquidauana são insuficientes para atender a população, além de não apresentarem segurança e equipamentos necessários.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002349-6** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Ana Cláudia Lopez, Divina Aparecida Giraldelli Gonçalves e Maria Devanira Geraldelli - Assunto: Apurar declarações, efetuadas por meio do Disque Direitos Humanos, que aduzem eventual prática de crime o contra o Estado de Filiação.

**4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000244-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar representação anônima, encaminhada para esta Promotoria de Justiça, noticiando possíveis irregularidades ambientais no Balneário Municipal.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003370-6** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Naviraí - Assunto: Apurar a notícia de interrupção dos serviços de médicos pediatras, no Hospital Municipal de Naviraí.

**6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001530-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a compra do veículo Chevrolet/S10 LTZ High Country 2.8L Diesel AT 4x4 Cabine Dupla, o mais completo da categoria, desbordando o estipulado no Termo de Referência, com reserva orçamentária e a autorização da despesa para a aquisição após a publicação do edital.

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001771-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bela Vista/MS - Assunto: Apurar o descumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especialmente a falta de Portal Transparência da Autarquia Municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bela Vista - SAAE - Manifestação nº 11.2016.00001642-0 - Originalmente apurados nos autos do IC nº 22/2016.

**8) Inquérito Civil nº 06.2018.00002717-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Rozalda Pereira de Rezende - Assunto: Apurar o desmatamento de duas áreas somando 9,11 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na fazenda Boa Esperança, de propriedade de Rozalda Pereira de Resende, conforme Parecer nº 634/17 do Nugeo.

#### **CONSELHEIRO RELATOR SILASNEITON GONÇALVES:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002715-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cleodomar de Oliveira Marçal - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 3,87 ha, sem autorização ambiental, ocorrido no imóvel situado no Assentamento "Nossa Senhora Aparecida", de propriedade de Cleodomar de Oliveira Marçal.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000773-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Empresa HWR e o município de Camapuã - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação em duplicidade da empresa HWR, em período idêntico, para que prestasse serviços semelhantes ao município de Camapuã/MS.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002361-9 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000786-0** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar condições de trafegabilidade e conservação da estrada vicinal localizada na entrada do Sapé - sentido distrito da Cabeceira do Apa, município de Ponta Porã.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000625-3** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a legalidade da atuação do município de Campo Grande que, com base na Lei Municipal Complementar nº 79/2005, estaria impondo aos munícipes proibição de fornecer alimentos ou qualquer outra ajuda que venha amparar animais domésticos (cães e gatos) vitimados pela situação de abandono.

#### **CONSELHEIRO RELATOR ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001047-9 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de São Gabriel do Oeste.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002959-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerentes: Sérgio Martins de Souza Queiroz e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos/MS - Assunto: Apurar eventual descumprimento na elaboração e implantação de projeto municipal de saneamento básico. (IC nº 006/20104, migrado para SAJMP).

**3) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002215-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Jair Boni Cogo e outros - Assunto: Apurar a existência de desvios de função de servidores públicos no âmbito da Prefeitura de Cassilândia/MS.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000800-7 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso.

**5) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002580-6 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001580-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Juarez Pinheiro Cotrim e Pesqueiro Rosa Branca do Apa - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Pesqueiro Rosa Branca do Apa de propriedade do Sr. Juarez Pinheiro Cotrim e Outra, as margens do Rio Apa.

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000786-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Walmir Lopes da Silva - Assunto: Apurar eventual supressão de

vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Chácara Nova Canaã, situada no município de Rio Negro.

Campo Grande, 12 de março de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2019.**

**7. Ordem do dia:**

**7.1. Matéria Administrativa:**

**7.1.1. Expediente: 1. Ofício nº 0036/2019/PJ/TRN**, de 28.1.2019, o Promotor de Justiça da comarca de Terenos, Eduardo de Araújo Portes Guedes, encaminha Declaração de conclusão do máster em Garantismo e Processo Penal, oferecido pela Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona em Convênio com o IDH – Instituto de Direito e História, em Campo Grande, para ciência. (Processo PGJ/10/1639/2016).

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do expediente subscrito pelo Promotor de Justiça Eduardo de Araújo Portes Guedes, sem ressalvas.*

**7.1.2. Promoção:**

**1. Processo PGJ/10/0344/2019.**

Expediente: Aviso nº 2/2019/CSMP, de 18.1.2019, publicado no DOMP/MS nº 1892, de 21.1.2019.

Assunto: Promoção pelo critério de antiguidade para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, segunda entrância. Inscritos para promoção: Drs. Eduardo de Araújo Portes Guedes, Thiago Bonfatti Martins, Andréa de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes e Allan Thiago Barbosa Arakaki.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Eduardo de Araújo Portes Guedes para promoção pelo critério de antiguidade para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, segunda entrância.*

**7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO**

**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000592-4**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades na contratação, a título precário, de servidor, pelo Município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO PARA CARGO PÚBLICO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a servidora exerceu funções compatíveis com o cargo ocupado, não havendo qualquer irregularidade. Conforme declaração da Coordenadora do CRAS Central do Município de Dourados, a funcionária foi transferida para o gabinete no período de realização das diligências do órgão ministerial, motivo pelo qual não foi encontrada no local. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000687-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agrobay Agrícola Ltda - ME

Assunto: Apurar a prática de dano ambiental pela empresa Agrobay Agrícola consistente em causar poluição atmosférica por meio de resíduos advindos de suas atividades de beneficiamento, limpeza e empacotamento de cereais em razão da falta de Sistema de Controle Ambiental (SCA).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA - RESÍDUOS DE BENEFICIAMENTO DE CEREAIS – IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante vistorias realizadas pela Prefeitura de Ponta Porã, constatou-se que a empresa Agrobay Ltda-ME encerrou suas atividades de beneficiamento e empacotamento de grãos, realizando somente atividades administrativas de compra e venda de cereais, ficando sanada a irregularidade ambiental. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001581-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar suposta agressão contra a adolescente A.O.C., ocorrida em 03/12/2016, nas dependências do destacamento da Polícia Militar de Pedro Gomes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AGRESSÃO CONTRA MENOR DE IDADE - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - SUPOSTO AGRESSÃO PRATICADA POR POLICIAL MILITAR DURANTE OCORRÊNCIA DE ATO INFRACIONAL - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que após notícia de eventual agressão física contra menor de idade, instaurou-se Sindicância afim de apurar os fatos, tendo como conclusão, a improcedência da denúncia ofertada. Ademais, conforme relatos das testemunhas ouvidas no processo de Sindicância, em nenhum momento a adolescente permaneceu sozinha com qualquer policial, sendo somente retirada da recepção do local, em razão de sua agressividade contra as demais pessoas envolvidas no caso. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000413-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Agentes Comunitários de Saúde, em observância das normas contidas na Lei nº 11.350/16.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que após a atuação do órgão ministerial, o Município de Porto Murtinho/MS realizou concurso público para provimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde. Ademais, conforme lista encaminhada pela Prefeitura de Porto Murtinho, atualmente o quadro de servidores é formado somente por funcionários efetivos. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001771-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Santos Guimarães

Assunto: Apurar dano ambiental ocorrido na Fazenda Macapá, localizada em Iguatemi-MS, e viabilizar sua integral reparação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA - TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO

- INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012/PGJ - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despendendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000102-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ambientais envolvendo o Loteamento Miralobra que, em tese, estaria vendendo lotes sem licença ou projeto ambiental para construções em área de preservação permanente do Rio Miranda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - SUPOSTAS CONSTRUÇÕES EM APP DO RIO MIRANDA - IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que as edificações do Loteamento Miralobra não estão localizadas na Área de Preservação Permanente do Rio Miranda, não se comprovando, portanto, quaisquer irregularidades. Ademais, foi constatado que o Rancho Toledo, cuja edificação foi construída na APP do Rio Miranda, já é objeto do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002117-6. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento deste Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, deu-se por impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves pelo fato da Promotora de Justiça atuante no procedimento ser sua filha.***

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000295-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pilão Amidos Ltda.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pela Empresa Pilão Amidos Ltda.

***Retirado de pauta a pedido do Relator.***

#### **8. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001069-0**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Oásis Hookah Bar

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental/urbanística praticada pelo empreendimento Oásis Hookah Bar, consistente em exercício de atividade diverso para o qual obteve os alvarás, bem como desrespeito às normas ambientais vigentes no que tange à limitação de níveis de pressão sonora emitidos e destinação de resíduos sólidos produzidos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - POLUIÇÃO SONORA - AUSÊNCIA DE ALVARÁ - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que após a constatação de diversas irregularidades no funcionamento do estabelecimento comercial, houve a cassação do alvará de localização e funcionamento do empreendimento até a sua real regularização. Ainda, conforme relatório de vistoria, o estabelecimento encerrou suas atividades, tornando desnecessária a continuidade das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001449-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Porthal Eventos

Assunto: Apurar denúncias de poluição sonora decorrente de atividade comercial do estabelecimento “Porthal Eventos”, localizado na cidade de Cassilândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - POLUIÇÃO SONORA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - IRREGULARIDADE SANADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que conforme Certidão elaborada pelo órgão ministerial, o estabelecimento comercial encerrou suas atividades no local, ficando sanada a irregularidade anteriormente noticiada, fato confirmado pela própria denunciante, tornando desnecessária a continuidade das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002842-5**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 9.º Registro Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais da 2.ª Circunscrição de Campo Grande.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – ACESSIBILIDADE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se desprovidendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2018.00000315-6**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Itaquiraí/MS

Assunto: Assegurar a ampliação da oferta de transporte escolar pelo município de Itaquiraí, de modo a garantir que os alunos acompanhados pela APAE sejam atendidos diretamente na instituição, especialmente através da instalação de ponto de ônibus e inclusão de tal ponto na rota do transporte escolar municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - TRANSPORTE ESCOLAR - ÁREA RURAL – MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ - CRIANÇAS ATENDIDAS PELA APAE IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, após a intervenção ministerial, o Município de Itaquiraí/MS adotou providências junto a Empresa terceirizada, contratada para o transporte escolar dos alunos, a fim de garantir o deslocamento dos residentes na zona rural até a instituição APAE, de forma a promover a inclusão social e a cidadania plena e efetiva, nos termos em que prevê o Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 13.146/15) e a Convenção Internacional sobre direitos das pessoas com Deficiência, constatando-se, assim, o saneamento das eventuais irregularidades ora investigadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

Campo Grande, 12 de março de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2791/2016 – PARTES:**

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário **3º PELOTÃO/2ª CIA BASE OPERACIONAL DE NOVA ANDRADINA**, representada pelo Diretor – Jorge Leandro dos Santos.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 01 unidade

Data: 21.06.2017.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2791/2016 – PARTES:**

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário **AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO – AGEPE, ESTABELECIMENTO PENAL MASCULINO DE REGIME FECHADO DE NOVA ANDRADINA**, representada pelo Diretor – Jorge Leandro dos Santos.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 02 unidades

Data: 05.10.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2791/2016 – PARTES:**

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário **COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS – UNIDADE REGIONAL DE PERÍCIAS DE NOVA ANDRADINA**, representada pelo Perito – Omar Ferreira Miguel.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 01 unidade

Data: 05.10.2016.



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000041 DE 11.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0970/2019.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLFI30B2FA/HLFE30B2NA, (item 6.1 – lote 6); aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA, (item 4.1 – lote 4); e aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA, (item 3.1 – lote 3).

Valor: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000041 de 11.03.2019. Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000042 DE 11.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0970/2019.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado, (item 6.4 – lote 6); tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's, (item 4.2 – lote 4); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, (item 4.3 – lote 4); e serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado, (item 3.4 – lote 3).

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000042 de 11.03.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000040 DE 11.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0971/2019.**

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 24/PGJ/2018 - Ata Registro de Preços nº 6/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de Hard Disk (Disco Rígido) Externo Portátil - Capacidade de armazenamento 3 TB (três terabytes), Disco rígido de 2,5" ou 3,5"; Plug and play; taxa de transferência de no mínimo 6Gb/s; interface USB 2.0 ou superior; velocidade de no mínimo 5400 rpm; compatível com PC e MAC; alimentação através de USB. Deve acompanhar o produto o cabo USB 2.0 ou superior. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo: TOSHIBA / DT01ACA300, (item 6).

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000040 de 11.03.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 101/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0628/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JOCEMAR JOSÉ FERREIRA BRASIL 81380500125-ME**, representada por **Jocemar José Ferreira Brasil**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000621, de 08.02.2019.

Vigência: 14.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 102/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0626/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JOCEMAR JOSÉ FERREIRA BRASIL 81380500125-ME**, representada por **Jocemar José Ferreira Brasil**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000622, de 08.02.2019.

Vigência: 14.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 107/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0565/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **MARGE HORTIFRUTI LTDA-ME**, representada por **João Paulo Pereira Martins**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga, no valor unitário de R\$ 12,00 (doze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000552, de 06.02.2019.

Vigência: 15.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0082/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS)**, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **M. H. DE CAMPOS ARCE**, representada neste ato por **Márcia Helena de Campos Arce**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 01/PGJ/2019

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação serviços de confecção e instalação de cobertura/passarela metálica em estrutura espacial, tamanho: 14,40 metros de comprimento x 4,00 metros de largura x 3,25 metros de altura, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, incluindo o fornecimento de todo o material necessário.

Valor total: R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000033, de 28.02.2019.

Vigência: 07.03.2019 a 02.09.2019.

Data de assinatura: 07 de março de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0009/2019/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000138-4.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Cacilda Moraes Jacintho Ferraz

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 203,73 hectares, sendo 82,83 hectares vegetação secundária em estágio inicial de regeneração nativa de Mata Atlântica, e 120,90 hectares em área de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, ocorrida no interior do imóvel rural "Estância Caranday - Gleba A", pertencente a Cacilda Moraes Jacintho Ferraz, sem a correspondente licença ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 08 de março de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2019/02PJ/CBA****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0002/2019/02PJ/CBA, referente aos documentos da Promotoria de Justiça 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS até o dia 18/03/2019.

Corumbá/MS, 07 de março de 2019.

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0002/2019/02PJ/CBA**

<b>PROVENIÊNCIA –</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		<b>PROCEDÊNCIA –</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	
<b>Órgão / Setor:</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS – Gabinete/Unidade própria de Arquivo		<b>Órgão / Setor:</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS – Gabinete/Unidade própria de Arquivo	
<b>TIPO DOCUMENTAL</b> Classe/Subclasse: 200.050 - Notícias de Fato	<b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO /</b> <b>OBSERVAÇÕES</b>	<b>ANO INICIAL</b>	<b>ANO FINAL</b>
<b>NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>			
<b>Classe/Subclasse – 200.050</b> Notícias de Fato: 1. NF nº. 012/2012; 2. NF nº. 014/2012; 3. NF nº. 024/2012; 4. NF nº. 031/2012;	Conforme disposto na Resolução nº. 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2012	Exercício 2015

5. NF nº. 035/2012; 6. NF nº. 040/2012; 7. NF nº. 050/2012; 8. NF nº. 051/2012; 9. NF nº. 052/2012; 10. NF nº. 058/2012; 11. NF nº. 060/2012; 12. NF nº. 068/2012; 13. NF nº. 071/2012; 14. NF nº. 076/2012; 15. NF nº. 079/2012; 16. NF nº. 080/2012; 17. NF nº. 081/2012; 18. NF nº. 083/2012; 19. NF nº. 084/2012; 20. NF nº. 087/2012; 21. NF nº. 088/2012; 22. NF nº. 089/2012; 23. NF nº. 020/2012; 24. NF nº. 029/2012; 25. NF nº. 049/2012; 26. NF nº. 053/2012; 27. NF nº. 054/2012; 28. NF nº. 056/2012; 29. NF nº. 061/2012; 30. NF nº. 078/2012; 31. NF nº. 085/2012; 32. NF nº. 086/2012; 33. NF nº. 090/2012; 34. NF nº. 094/2012; 35. NF nº. 099/2012; 36. NF nº. 101/2012; 37. NF nº. 110/2012; 38. NF nº. 112/2012; 39. NF nº. 115/2012; 40. NF nº. 097/2012; 41. NF nº. 111/2012; 42. NF nº 021/2012; 43. NF nº 022/2012; 44. NF nº 023/2012; 45. NF nº 026/2012; 46. NF nº 027/2012; 47. NF nº 069/2012; 48. NF nº 070/2012; 49. NF nº 091/2012; 50. NF nº 092/2012; 51. NF nº 096/2012; 52. NF nº 098/2012; 53. NF nº 104/2012; 54. NF nº 107/2012; 55. NF nº 116/2012; 56. NF nº 117/2012; 57. NF nº 009/2012; 58. NF nº 039/2012; 59. NF nº 045/2012; 60. NF nº 057/2012; 61. NF nº 082/2012; 62. NF nº 093/2012; 63. NF nº 103/2012; 64. NF nº 105/2012; 65. NF nº 108/2012; 66. NF nº 114/2012; 67. NF nº 118/2012; 68. NF nº 120/2012; 69. NF nº 123/2012; 70. NF nº 124/2012; 71. NF nº. 059/2012; 72. NF nº. 095/2012; 73. NF nº. 113/2012.			
<p align="center"><b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b>  Weskley Moreira,  Técnico I – MPE/MS  (Matricula 801.646-1).  <b>Data do preenchimento:</b> 07 de março de 2019.</p>			

**EDITAL Nº 0011/2019/02PJ/CBA****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0003/2019/02PJ/CBA, referente aos documentos da Promotoria de Justiça 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS até o dia 18/03/2019.

Corumbá/MS, 07 de março de 2019.

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0003/2019/02PJ/CBA**

<b>PROVENIÊNCIA –</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		<b>PROCEDÊNCIA –</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	
<b>Órgão / Setor:</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS – Gabinete/Unidade própria de Arquivo		<b>Órgão / Setor:</b> 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS – Gabinete/Unidade própria de Arquivo	
<b>TIPO DOCUMENTAL</b> Classe/Subclasse: 200.050 - Notícias de Fato	<b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO /</b> <b>OBSERVAÇÕES</b>	<b>ANO INICIAL</b>	<b>ANO FINAL</b>
<b>NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>			
<b>Classe/Subclasse – 200.050</b> Notícias de Fato: 1. NF nº. 046/2014; 2. NF nº. 033/2015; 3. NF nº. 035/2015; 4. NF nº. 036/2015; 5. NF nº. 037/2015; 6. NF nº. 039/2015; 7. NF nº. 040/2015; 8. NF nº. 041/2015; 9. NF nº. 042/2015; 10. NF nº. 043/2015; 11. NF nº. 044/2015; 12. NF nº. 046/2015; 13. NF nº. 047/2015; 14. NF nº. 048/2015; 15. NF nº. 049/2015; 16. NF nº. 050/2015; 17. NF nº. 051/2015; 18. NF nº. 057/2015; 19. NF nº. 061/2015; 20. NF nº. 055/2015; 21. NF nº. 060/2015; 22. NF nº. 064/2015; 23. NF nº. 065/2015; 24. NF nº. 066/2015; 25. NF nº. 067/2015; 26. NF nº. 069/2015; 27. NF nº. 070/2015; 28. NF nº. 071/2015; 29. NF nº. 018/2015; 30. NF nº. 024/2015; 31. NF nº. 027/2015; 32. NF nº. 034/2015; 33. NF nº. 052/2015; 34. NF nº. 053/2015; 35. NF nº. 054/2015; 36. NF nº. 059/2015; 37. NF nº. 063/2015; 38. NF nº. 058/2015; 39. NF nº. 073/2015; 40. NF nº. 074/2015; 41. NF nº. 075/2015; 42. NF nº. 078/2015; 43. NF nº. 079/2015;	Conforme disposto na Resolução nº. 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2015	Exercício 2018
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Weskley Moreira, Técnico I – MPE/MS (Matrícula 801.646-1). <b>Data do preenchimento:</b> 07 de março de 2019.			

**EDITAL Nº 0012/2019/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000321-6.

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Representado: Vivaldo Mendes Galvão

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 30,43 hectares de vegetação nativa, no interior do imóvel rural Fazenda Paiol, ora pertencente a Vivaldo Mendes Galvão, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 11 de março de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL 0004/2019/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000377-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Caarapó.

Assunto: “apurar a falta de mecanismos idôneos de controle das despesas com o abastecimento e uso de veículos por parte da Câmara Municipal de Caarapó”.

Caarapó/MS, 27 de fevereiro de 2019.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça